PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
Resolução do Conselho do Governo n.º 66/2014 de 14 de Abril de 2014

Considerando o contexto de crise económica que atravessa a sociedade portuguesa e o consequente impacto ao nível da Região Autónoma dos Açores;

Considerando que os cidadãos deparam-se com situações decorrentes desta conjuntura, muitas vezes de natureza imprevisível ou atípica, que os coloca numa situação de precariedade excecional ou mesmo de exclusão social, que não pode deixar os poderes públicos indiferentes ou dependentes de procedimentos complexos.

Considerando que o momento atual em que vivemos aconselha, portanto, a respostas rápidas por parte das instituições de apoio social, com base em soluções normativas que, ajustando-se à necessidade de critério e fundamentação, sejam o mais simplificadas possíveis.

Considerando que cabe à Região Autónoma dos Açores assegurar medidas que minimizem as dificuldades de integração social das famílias açorianas em situação de carência económica, seja através de auxílios de emergência a situações de maior vulnerabilidade das famílias, seja através de apoios complementares ao nível médico-social e educativo ou até a grupos considerados de risco.

Considerando que, importa também manter e aprofundar a colaboração e o apoio da Região Autónoma dos Açores às Instituições Particulares de Solidariedade Social dos Açores que, de uma forma exemplar, têm vindo a contribuir para atenuar os desequilíbrios sociais, resultantes da atual conjuntura;

Considerando que, o Governo Regional dos Açores, através da Secretaria Regional da Solidariedade Social, criou o Fundo Regional de Ação Social que se constitui como um mecanismo de apoio às famílias açorianas e de colaboração com as Instituições Particulares de Solidariedade Social dos Açores, tendo em vista mitigar as desigualdades socioeconómicas potenciadas pela presente conjuntura de crise, promotor da solidariedade e da coesão social entre todos os açorianos, tal como previsto no Plano Regional Anual para 2014, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 1/2014/A, 15 de janeiro (projeto 7.2 – Apoio à Família, Comunidade e Serviços, ação 7.2.3.);

Assim, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2014/A, 29 de janeiro e da alínea d) do n.º 1 do artigo 90.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o Conselho do Governo resolve:

1- É criado o Fundo Regional de Ação Social.

2- O Fundo Regional de Ação Social tem como finalidade a prestação de apoios no âmbito das seguintes situações:

- a) Apoio à Precariedade Económica Excecional;
- b) Apoio à Situação de sobre-endividamento;
- c) Complemento de apoios à Ação Médico-Social;
- d) Complemento de apoio à Ação Social escolar;
- e) Complemento de apoios a grupos considerados de risco;
- f) Apoio ao Desenvolvimento da Ação Social;

g) Apoio a atividades constantes do plano de ação.

3- Cabe ao membro do Governo Regional, com competência em matéria de Solidariedade Social, atribuir os apoios através de montantes provenientes do FRAS.

4- A atribuição dos apoios previstos no número anterior efetua-se de acordo com regulamento do FRAS anexo à presente Resolução, da qual faz parte integrante.

5- O complemento açoriano ao abono de família para crianças e jovens, previsto no Decreto Legislativo Regional n.º 25/2008/A, de 24 de julho, é processado prioritariamente através das verbas inscritas no FRAS (projeto 7.2 – Apoio à Família, Comunidade e Serviços, ação 7.2.3. do Plano Regional Anual para 2014, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 1/2014/A, 15 de janeiro).

6- A presente Resolução produz efeitos à data da entrada em vigor do Plano Regional Anual para 2014, aprovado Decreto Legislativo Regional n.º 1/2014/A, de 15 de janeiro, e mantém-se em vigor enquanto o FRAS integrar os Planos Regionais Anuais da Região Autónoma dos Açores.

7- É revogado o Despacho n.º 1282/2011, de 15 de dezembro.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, na Horta, em 10 de fevereiro de 2014. - O Presidente do Governo Regional, *Vasco Ilídio Alves Cordeiro*.

ANEXO

REGULAMENTO DO FUNDO REGIONAL DE AÇÃO SOCIAL

1 – Âmbito

1.1- O presente Regulamento define os termos e as condições de acesso aos apoios financeiros a conceder pelo Fundo Regional de Ação Social, adiante designado por FRAS.

1.2- O presente Regulamento define, ainda, os termos específicos dos apoios destinados às instituições particulares de solidariedade social (IPSS), equiparadas e outras entidades de reconhecido interesse público, sem caráter lucrativo, que prossigam objetivos de solidariedade social.

2 – Finalidades

2.1- Os apoios financeiros a conceder no âmbito do FRAS destinam-se a:

- a) Apoio à Precariedade Económica Excepcional;
- b) Apoio à Situação de sobre-endividamento;
- c) Complemento de apoios à Ação Médico-Social;
- d) Complemento de apoio à Ação Social escolar;
- e) Complemento de apoios a grupos considerados de risco;
- f) Apoio ao Desenvolvimento da ação social;
- g) Apoio a atividades constantes do plano de ação.

2.2- Ficam excluídas do FRAS as situações que possam ser apoiadas pelos competentes serviços de ação social ou sejam financiadas por medidas ou programas, de âmbito nacional ou comunitário, com idêntico objeto e finalidade.

3 – Tipologia de intervenção

3.1- Os apoios financeiros a conceder no âmbito do FRAS inserem-se nas seguintes tipologias de intervenção:

- a) Apoios destinados a pessoas singulares;
- b) Apoios destinados a IPSS, equiparadas, e outras entidades de reconhecido interesse público, sem caráter lucrativo, que prossigam objetivos de solidariedade social.

3.2- Os apoios a que se refere a alínea a) do número anterior destinam-se a fazer face às seguintes situações:

- a) Apoio à Precariedade Económica Excecional;
- b) Apoio à Situação de sobre-endividamento;
- c) Complemento de apoios à Ação Médico-Social;
- d) Complemento de apoio à Ação Social escolar;
- e) Complemento de apoios a grupos considerados de risco;

3.3- Os apoios a que se refere a alínea b) do número 3.1 destinam-se a fazer face às seguintes necessidades:

- a) Desenvolvimento da ação social;
- b) Apoio a atividades constantes do plano de ação.

4 – Apoio à Precariedade Económica Excecional

Os apoios a prestar pelo FRAS no âmbito da Precariedade Económica, destinam-se a fazer face a ocorrências súbitas e imprevistas que coloquem pessoas singulares em situações de grande vulnerabilidade e desproteção social, das quais resulte incapacidade para assegurar condições de vida condignas e desde que não tenham enquadramento no apoio prestado pelos serviços competentes.

5 – Apoio à Situação de sobre-endividamento

Os apoios a prestar pelo FRAS no âmbito do sobre-endividamento, destinam-se a pessoas singulares, que num determinado momento estejam incapacitadas para cumprir todos os seus compromissos financeiros em relação a uma ou mais entidades credoras, desde que se possa demonstrar que o pontual apoio é potencialmente suscetível de trazer o devedor ao cumprimento de obrigações futuras.

6 – Complemento de apoios à Ação Médico-Social

Os apoios a prestar pelo FRAS no âmbito do complemento à Ação Médico-Social, destina-se a complementar situações pontuais em que o apoio previsto em sede de ação médico-social se revele manifestamente insuficiente, de tal forma que o beneficiário se encontre impossibilitado de assumir parte ou a totalidade dos montantes remanescentes não abrangidos, comprometendo assim a sua qualidade de vida e de saúde.

7 – Complemento de apoio à Ação Social escolar

Os apoios a prestar pelo FRAS no âmbito do complemento à Ação Social escolar, destina-se a complementar medidas e programas de apoio social em vigor em matéria de ensino, sempre

que se demonstre que sem este apoio complementar os beneficiários se veriam impedidos de prosseguir estudos.

8 – Complemento de apoios a grupos considerados de risco

O apoio a prestar pelo FRAS no âmbito do complemento de apoios a grupos considerados de risco destina-se a complementar pontualmente medidas e programas de apoio social que visem minimizar o risco de exclusão social, sempre que se demonstre que apenas com este apoio complementar é possível garantir condições de dignidade e inclusão para os beneficiários.

9 – Apoio ao Desenvolvimento da ação social

O FRAS, no âmbito do desenvolvimento de atividades de ação social, destina-se a prestar apoio excecional não enquadrado no Código de Ação Social dos Açores (CASA) às entidades referidas na alínea b) do n.º 3.1, que prossigam iniciativas determinantes para a melhoria significativa das condições e dos níveis de proteção social.

10 – Apoio a atividades constantes do plano de ação

O FRAS pode prestar, sempre que se justifique, apoio extraordinário à prossecução das atividades constantes do plano de atividades das entidades referidas na alínea b) do n.º 3.1 desde que comprovado o interesse público na manutenção das respostas sociais em funcionamento.

11 – Concessão de Apoios

11.1- Os apoios a prestar no âmbito do FRAS são concedidos por despacho do membro do governo regional responsável pela área da solidariedade social.

11.2- A verba global consignada ao FRAS fica condicionada à dotação orçamental disponível para o efeito.

11.3- Na prestação dos apoios no âmbito do FRAS a ordem de prioridade das tipologias de intervenção referidas na alínea a) do n.º 3.1 é a seguinte:

- a) Complemento de apoios à Ação Médico-Social;
- b) Complemento de apoio à Ação Social escolar;
- c) Complemento de apoios a grupos considerados de risco;
- d) Apoio à Precariedade Económica Excecional;
- e) Apoio à Situação de sobre-endividamento;

11.4- Na prestação dos apoios no âmbito do FRAS a ordem de prioridade das tipologias de intervenção referidas na alínea b) do n.º 3.1 é a seguinte:

- a) Apoio a atividades constantes do plano de ação;
- b) Desenvolvimento da ação social.

11.5- Tendo em conta o despacho referido no n.º 11.1 é celebrado contrato-programa com o beneficiário, no qual devem ser definidos os objetivos, o tipo e o valor do apoio, os direitos e as obrigações das partes, as medidas de controlo e acompanhamento, bem como o regime sancionatório em caso de incumprimento.

12 – Condições de Acesso

12.1- As condições de acesso ao FRAS para as pessoas singulares são avaliadas casuisticamente tendo em conta as situações previstas nos n.ºs 4 a 8, sendo devidamente aferida pelos Serviços de Ação Social do Instituto de Segurança Social dos Açores, IPRA, doravante ISSA, IPRA

12.2- São condições de acesso ao FRAS para as entidades a que se refere a alínea b) do n.º 3.1:

a) A idoneidade da instituição requerente;

b) Enquadramento do pedido de apoio nos objetivos, condições e tipologias de intervenção estabelecidos no presente regulamento.

12.3- Considera-se verificado o requisito de idoneidade previsto na alínea a) do número anterior quando a instituição requerente:

a) Se encontrar regularmente constituída e devidamente registada, ou quando não for uma IPSS ou equiparada ter certidão do registo ou de matrícula e cópia dos respetivos estatutos;

b) Possuir a situação regularizada perante a segurança social e a administração fiscal em matéria de impostos, contribuições ou reembolsos;

c) Possuir contabilidade organizada e situação regularizada em matéria de obrigações contabilísticas.

13 – Apreciação dos pedidos de apoio

13.1- Aos serviços do ISSA, IPRA, compete:

a) Verificar as condições de acesso ao FRAS;

b) Para as situações previstas no n.º 13.2, verificar se o requerimento se encontra devidamente instruído;

c) Emitir parecer fundamentado sobre os pedidos apresentados.

13.2- Após a apreciação do pedido nos termos do disposto no número anterior, o ISSA, IPRA, no prazo máximo de 30 dias, remete o respetivo processo ao membro do governo responsável pela área da segurança social para decisão sobre a concessão do apoio.

13.3- Os pedidos de apoio que não reúnam as condições e os requisitos previstos no presente regulamento são indeferidos pelo ISSA, IPRA, sem prejuízo do disposto no

Código do Procedimento Administrativo.

13.4- Sem prejuízo do disposto no número anterior, presume-se indeferido o pedido quando não for proferida decisão no prazo de 90 dias a contar da data da entrada do pedido.

14 – Pagamento do apoio concedido

14.1- A entrega do apoio far-se-á segundo as necessidades efetivas competindo ao ISSA, IPRA, a avaliação das mesmas e da sua correta aplicação financeira e técnica.

14.2- O FRAS procederá diretamente à entrega do apoio determinado, de acordo com o despacho de concessão do mesmo e os termos contratualizados com o beneficiário.

14.3- A entrega do apoio extraordinário a estratégias de sustentabilidade poderá ser feita de forma faseada, em função do cumprimento da execução do plano de equilíbrio financeiro

contratualizado com a instituição, competindo ao ISSA, IPRA, a avaliação da sua correta aplicação.

15 – Execução do apoio

15.1- Os apoios concedidos no âmbito do FRAS devem ser executados de acordo com o disposto no despacho de concessão do apoio e nos termos da contratualização efetuada com o beneficiário.

15.2- O não cumprimento dos prazos referidos no número anterior determina a caducidade do apoio relativamente ao montante não executado.

15.3- Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, pode ser admitida pelo membro do governo responsável pela área da segurança social uma única prorrogação do período de execução do apoio por prazo não superior ao inicialmente concedido.

15.4- O pedido de prorrogação do apoio deve ser devidamente fundamentado e exige apreciação e emissão de parecer prévio pelo ISSA, IPRA, para a sua concessão.

15.5- O ISSA, IPRA, acompanha e avalia a correta execução contratualizada dos apoios concedidos.

15.6- Ainda que possam decorrer da execução do apoio concedido, no âmbito do FRAS não são consideradas as seguintes despesas:

- a) IVA, outros impostos, contribuições e taxas;
- b) Prémios, multas, sanções financeiras e encargos com processos judiciais.

15.7- O apoio concedido destina-se exclusivamente para a finalidade para que foi concedido, não sendo admitida qualquer alteração ao objeto do apoio.

15.8- O não cumprimento do despacho de concessão pelo beneficiário ou as falsas declarações prestadas no procedimento de concessão dos apoios determina

- a) A reposição das verbas concedidas e suspensão do processamento de verbas autorizadas;
- b) A impossibilidade de beneficiar de qualquer apoio no âmbito do PEAPP, por um prazo não inferior a dois anos.

15.9- O disposto no número anterior não isenta qualquer outra responsabilidade, civil ou criminal, pelos danos causados.

15.10- Não se verificando a reposição voluntária, independentemente da responsabilidade civil e criminal que possa existir, a Região Autónoma dos Açores promove a cobrança por execução fiscal.